

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si firmam a MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO e a empresa.....

....., tendo por objeto **Contratação de empresa especializada para os serviços de tecnologia da informação para hospedagem de Cloudcomputing(nuvem), Migração, Implantação Manutenção e Suporte Técnico, e Suporte aos Administradores; Customização de Demandas e Melhorias, Manutenção Corretiva, Preventiva e Evolutiva; e adequação às mudanças ou novas leis municipais, estaduais e federais, que porventura surjam, no Software Público de Gestão Municipal E-cidade (sob licença General Publiclicense - GPL), disponível no Portal do Software Público Brasileiro - SBP (www.softwarepublico.gov.br), para a área de Educação, os Módulos Escolares, Secretaria de Educação, Alimentação Escolar, Biblioteca, Transporte Escolar, Business Intelligence, Configuração e todos os módulos relacionados à área de Educação bem como o de Recursos Humanos (apenas para gestão de funcionários e servidores da Secretaria Municipal de Educação), já instalado e utilizado pelo município para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo, pelo período de 12 meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.**

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Alberto Braune, 225 – Centro – Nova Friburgo – RJ, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal Johnny Maycon Cordeiro Ribeiro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade, portador de C.I. nº _____, expedida pelo /RJ inscrito no C.P.F./M.,F. sob o nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa.....inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº -----, inscrição estadual nº....., sediada em....., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu.....Sr....., inscrito no C.P.F/M.F. sob o nº ----- e portador de C.I. nº-----, tendo em vista a homologação do processo licitatório do Pregão Eletrônico nº

175/202-I, realizado em....../.../.....vem celebrar o presente contrato, conforme autorização de fls.....do Processo administrativo nº 4030/2021, que se acha vinculado ao Edital, anexos e à proposta da CONTRATADA, sendo regida pela Lei nº 10.520/02 com suas alterações posteriores e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

A Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de Sistema de Ouvidoria Digital por tempo determinado, com instalação, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte atendendo as necessidades dos munícipes, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prestação do Serviço

O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo a Manutenção de Software do Sistema do E-Cidade, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses.

A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ REALIZAR:

- Instalação, configuração e hospedagem em nuvem (cloudcomputing).
- Migração de dados mantidos por aplicações em operação para o novo banco de dados.
- Serviços de implantação, parametrização e configuração no ambiente de Cloudcomputing
- Treinamentos para a equipe administrativa responsável pelo sistema na Secretaria de Educação.
- Manutenção e suporte técnico mensal.
- Customização de demandas e melhorias.

SERVIÇOS DE MÓDULOS A SEREM ATENDIDOS:

- Configurações Gerais do Software
- Módulo Escolar
- Módulo Secretaria de Educação
- Módulo Transporte Escolar
- Módulo Biblioteca
- Módulo Matrícula on-line
- Módulo Business Intelligence

- Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA)
- Módulo de Recursos humanos integrado à da área Escola para que funcione perfeitamente.
- Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento.

O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Descrição dos Serviços

- Instalação, configuração e hospedagem em nuvem (cloudcomputing).
- Migração de dados mantidos por aplicações em operação para o novo banco de dados
- Serviços de implantação, parametrização e configuração
- Os itens 6.5.1, 6.5.2, 6.5.3, deverão ser iniciados no prazo de 5 (cinco) dias corridos após a publicação da ordem de serviço encaminhada à empresa.
- Treinamentos, que deverão ser realizados em até 30 dias após a migração dos dados.
- Manutenção e suporte técnico mensal.
- Customização de demandas e melhorias, que serão solicitadas pelo setor requisitante de acordo com a demanda e com prazo de execução de 30 dias úteis.

A manutenção corretiva e preventiva da Manutenção de Software do Sistema do E-Cidade deverá contemplar:

- O atendimento dos requisitos relacionados no presente Termo de Referência será comprovado pela Comissão de Licitações e equipe técnica da Prefeitura de Nova Friburgo, através da demonstração da solução pela empresa vencedora do certame.
- A demonstração técnica será realizada para apreciação de uma Comissão Técnica designada especialmente para esse fim pela Autoridade Administrativa da realização do certame, composta por servidores da Administração com conhecimento técnico e operacional da presente demanda prevista em suas funcionalidades previstas no Termo de Referência e seus anexos.
- O licitante vencedor do objeto da licitação deverá no prazo de 48h (quarenta e oito horas) após a manifestação do Pregoeiro, realizar demonstração técnica do sistema atendendo o descritivo, conforme termo de referência.
- A demonstração da solução pela licitante deverá ser real e operacionalizada de forma online, com a efetiva utilização do sistema, através de rede local ou internet, de acordo com a funcionalidade solicitada, sendo inválida qualquer demonstração preparada previamente em ferramentas do tipo "Power Point".
- A demonstração consistirá na operacionalização completa da funcionalidade indicada pela Comissão, não podendo ser diferente do exigido no Termo de Referência.

- A avaliação realizada pela Comissão consistirá na verificação do atendimento ou não atendimento, pelo sistema da licitante vencedora, em operar e funcionar integralmente o item solicitado.
- A Comissão Técnica será objetiva na determinação da ação ou atividade a ser demonstrada, devendo a solicitação estar completamente de acordo com as funcionalidades exigidas no termo de referência e seus anexos.
- A licitante deverá executar toda ação ou atividade solicitada, sem que haja qualquer tipo de não funcionalidade ou não cumprimento.
- A escolha das funcionalidades a serem demonstradas será feita pela Comissão por amostragem, dentro do exigido no Termo de Referência e seus anexos.
- A Administração disponibilizará para realização da demonstração técnica todo suporte logístico e de infraestrutura como: sala compatível para a demonstração, computador e demais instrumentos congêneres, sinal de internet, e demais suportes físicos e de periféricos que se fizerem necessários.
- A licitante vencedora poderá usar notebook de sua propriedade para a demonstração, devendo para isso, solicitar previamente aos técnicos da prefeitura os credenciamentos para acesso à internet. A licitante vencedora poderá a seu critério designar até dois técnicos para executar a demonstração, com a apresentação da designação formal destes para tal finalidade, a ser apresentada no dia da demonstração.
- O local e o horário da demonstração será definido pelo Pregoeiro em sessão e comunicado aos interessados.
- A comissão elaborará relatório com a indicação da ação ou ato solicitado para demonstração e o seu cumprimento ou não por parte da licitante que será entregue ao Pregoeiro, que após o seu recebimento tornará público o resultado e prosseguimento da licitação com a realização das demais fases procedimentais até a declaração da licitante vencedora.
- Caso a empresa vencedora não atender o disposto neste item, a empresa será desclassificada e a Comissão de Licitações deverá chamar a próxima empresa melhor colocada para dar andamento no certame.

Entende-se como manutenção o conjunto de atividades técnico-administrativas, de natureza corretiva e preventiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas e suas partes.'

A empresa tem que estar em conformidade com a Lei 13709/2018 . LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço e Condições de Pagamento

1-O preço contratado é de R\$..... (.....)

2 - O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de

setembro de 2018 e com redação alterada pelo Decreto nº 313, de 10 de Outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- a- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- b- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- c- FGTS;
- d- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- e- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- f- Estadual CND – referente ao ICMS.

3 - A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

4 - Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

CLÁUSULA QUARTA – Dos preços e reajustes

1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, devidamente comprovadas.

2. No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Recursos Orçamentários

Os recursos para cobertura das despesas previstas no presente contrato correrão por conta da dotação nº P.T....., Fonte, do presente exercício, através da nota de empenho nº, emitida em/...../.....

CLÁUSULA SEXTA – Do Fundamento e Vinculação

1- O presente tem suporte na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº 1.024/2019 e na Lei nº 10.520/02, estando vinculado ao edital da licitação que o originou e à proposta da CONTRATADA.

2- Aos casos omissos será aplicada a Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Garantias

Considerando que os pagamentos somente serão efetuados após a execução do serviço e sua conformidade neste contrato, é dispensada a garantia contratual.

CLÁUSULA OITAVA – Das Penalidades

1- O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no

Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

2-Comete infração administrativa a contratada que:

- a- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b- Apresentar documentação falsa;
- c- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e- Não manter a proposta;
- f- Cometer fraude fiscal;
- g- Comportar-se de modo inidôneo;

3-Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

4-Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- a- Advertência;
- b- Multa:

5-Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

6-Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

7-Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

8-Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato

9-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

11-As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

12-As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

13-A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

1-O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Serviços Públicos o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

2-Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

3-Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Serviços Públicos ;

4-O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos .

5-Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão

administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Condições de Habilitação

A CONTRATADA obriga-se, durante o prazo de vigência do presente, a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório e no termo de referência .

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Da Fiscalização.

1-O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

2-Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRICULA	GESTOR / FISCAL
Fabiana Bento da Silva	105205 / 990239	Gestor titular
Alessandra Jaccoud Pinto	015272	Gestor substituto
Aline Mattos Faria	015271	Fiscal titular
Regilane Vieira Schote Nogueira	106693	Fiscal substituto

3-O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4-O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

5-A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base

nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6-A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – Das Obrigações da Contratante

1-Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

2-Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

3-Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

4-Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

5-Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

6-Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada de acordo com o Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e com redação alterada pelo Decreto nº 313 de 10 de Outubro de 2019;

7-Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8-Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

9- Colocar à disposição, servidores para treinamento, visando o funcionamento do Software do E-cidade, em caráter de urgência.

10-Facilitar o acesso da contratada a todos os dados e informações necessárias para a implementação das soluções.

11- Colocar os servidores designados à disposição da contratada para realização de treinamentos de capacitação.

12- Garantir a infraestrutura necessária para realização dos treinamentos.

13- Fiscalizar a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – Das Obrigações da Contratada

Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

- Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Educação quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;
- Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;
- Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Educação, para representá-la na execução do Contrato;
- Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- Parametrizar e customizar os aplicativos/softwarewares pertencentes ao objeto, aos padrões, leis e procedimentos exigidos pelo município.
 1. Disponibilização, configuração, parametrização e configuração de todos os Módulos.
 2. Prestar apoio técnico aos componentes da equipe da Contratante.
 3. Orientar e/ou executar o detalhamento de rotinas de sistemas em geral e definir a melhor utilização dos recursos de software e hardware disponíveis.
 4. Garantir a qualidade nas tarefas compatíveis com os padrões e normas utilizadas e definidas pelo Contratante.
 5. Estar permanentemente à disposição do Contratante, nos dias úteis e horário comercial e em período de Matrículas nos fins de semana e com horários estendidos.
 6. Executar os serviços técnicos profissionais com seu pessoal, com recursos tecnológicos e físicos disponibilizados para este fim, nas suas instalações ou em espaço previamente acordado com o contratante, de acordo com o serviço a ser executado.
 7. Providenciar a imediata correção das deficiências, dos erros ou falhas cometidas no decorrer da execução dos serviços, apontadas pelo Contratante.
 8. Tratar como “segredos comerciais e confidenciais” todos os produtos e subprodutos relativos aos serviços contratados com relação aos dados do Município.
 9. Arcar com todos os custos necessários ao bom andamento dos trabalhos, especialmente de viagem, hospedagem e transporte dos seus funcionários.
 10. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas ou obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços.

11. A Licitante Vencedora Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Edital, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, do Contratante, observadas as disposições legais pertinentes.
12. Arcar com quaisquer danos ou prejuízos causados ao Contratante. Nos casos de danos, prejuízos, avarias ou subtração de bens, os valores correspondentes deverão ser descontados da(s) fatura(s) seguinte(s) da Contratada, ou ajuizada, se for o caso, a dívida, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.
13. Comunicar ao Contratante, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.
14. Cumprir os prazos estipulados nos cronogramas acordados e aprovados com a Contratante.
15. Manter, em observância às obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.
16. Repassar, gratuitamente, ao contratante, o dicionário de dados, códigos fonte do sistema, senhas de acesso, bem como eventuais inovações tecnológicas ou funcionais implementadas no sistema.
17. Prestar consultoria, em relação às exigências legais e regulamentares das áreas atendidas, em nível Federal, Estadual e Municipal.
18. Suporte aos operadores do sistema, por atendimento remoto e telefone, no período de segunda a sexta-feira das 08h às 18h.
19. Disponibilizar sistema para abertura, acompanhamento e resposta de chamados por meio digital e telefônico
20. Suporte local, sempre que solicitado, quando não houver resolução do problema remotamente.
21. Sigilo a respeito das informações sob sua guarda, sob pena de responsabilidade civil e criminal.
22. Responder civil e criminalmente por eventuais danos causados por seus empregados, prepostos ou terceiros sob seus serviços.
23. Responder por todas as taxas, encargos trabalhistas, contribuições e tributos incidentes direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços contratados.
24. Fornecer à Secretaria de Educação os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da Secretaria de Educação;

25. Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos;
26. Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;
27. Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;
28. Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;
29. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Educação;
30. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado
31. em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;
32. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

CLÁUSULA DÉCIMA – QUARTA– Medidas acauteladoras

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUINTA– Alteração subjetiva

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – SEXTA – Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – SÉTIMA – Dos Encargos Sociais

Todos os encargos sociais, tributários e trabalhistas são de responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – OITAVA – Do Foro

1-Fica eleito o foro da comarca de Nova Friburgo para dirimir as questões oriundas do presente, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

2-E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Nova Friburgo, de de 2022.

CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

1.

2.